

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.047 - MG (2019/0295866-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GUILHERME DA SILVA LOPES CARVALHO
ADVOGADO : GUILHERME DA SILVA LOPES CARVALHO - MG131520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THALES DA SILVA MARIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de THALES DA SILVA MARIA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 31 anos, 11 meses e 10 dias de reclusão, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. A defesa interpôs recurso de apelação em 5/4/2018.

No presente *writ*, a defesa alega que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo no julgamento do recurso. Ressalta que a demora não pode ser atribuída à defesa, e que a segregação já dura quase 2 anos.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo

Superior Tribunal de Justiça

não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

[...]. *O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado.* (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).

No caso, o interregno decorrido desde a interposição do recurso não se mostra irrazoável, tendo-se em vista tratar-se de processo em que se examinam apelações de 8 condenados, inclusive com advogados diversos.

Ademais, colhe-se de consulta à *internet* que as razões do recurso do paciente foram juntadas em 17/6/2019 e, não obstante, os autos encontram-se em momento avançado, com carga à Procuradoria-Geral de Justiça para apresentação de contrarrazões e parecer, sendo possível vislumbrar a proximidade da conclusão do julgamento. Portanto, não se observa paralização ou morosidade no andamento do feito.

Ainda, vale lembrar que *eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória* (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012). Ora, o paciente foi condenado a pena superior a 30 anos de reclusão, sendo necessário considerar tal montante de pena na avaliação da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Desse modo, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

